

Processo nº 122/1992/008/2004  
Ref: Auto de Infração nº 526/2004  
Empreendimento: CONSÓRCIO AHE FUNIL

## PARECER JURÍDICO

### I) RELATÓRIO

1 – O empreendimento CONSÓRCIO AHE FUNIL foi autuado em 03/02/2004 como incurso no inciso 6, do §3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido as seguintes irregularidades, verbis:

“§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

*6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;”*

2 – O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, com a documentação exigida. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando, em síntese, que:

- a mortandade de peixes apontada no AI não decorreu de conduta culposa do autuado, não bastando a simples verificação de um efeito ou resultado proscrito pelo ordenamento jurídico, mas é necessário que o órgão fiscalizador proceda uma minuciosa investigação para constatar o ilícito;

- o IEF lavrou AI em razão da conduta ora analisada, o que caracteriza *bis in idem*;

- impõe-se a aplicação de circunstância atenuante prevista na alínea “b”, do inciso I, do parágrafo primeiro, do artigo 21, do Decreto n.º 39424/98 c/c disposto na DN/COPAM n.º 27/98.

3- As razões aduzidas na defesa não merecem prosperar. Isso porque a responsabilidade ambiental é objetiva, o que significa que independe de culpa ou dolo do agente causador do dano. Ademais, tal responsabilidade significa que o agente que danificar o meio ambiente tem o dever jurídico de repará-lo. Presente, pois, o binômio dano-reparação, não se pergunta a razão da degradação, para que haja o dever de reparar.

Além disso, como persegue o autuado, uma minuciosa investigação sobre o fato foi consubstanciada, como se depreende dos documentos de fls. 1 a 59, contendo, inclusive, estudo realizado pela empresa infratora, que corrobora a ocorrência e sua conseqüente responsabilidade.

4- Quanto à alegação de *bis in idem*, cabe esclarecer que as competências dos órgãos seccionais de apoio ao COPAM, assim considerados pela legislação, a FEAM e o IEF, são comuns, conforme dispõe o artigo 28, do Decreto Estadual n.º 39490/02, cabendo a ambos a fiscalização do cumprimento da legislação de proteção e conservação do meio ambiente, aplicando penalidades, quando cabíveis.

mm



Nesse sentido, conforme informado pelo autuado em sua defesa, o IEF, no exercício de sua competência, lavrou o AI, com fulcro nos artigos 3º, 54, 70 e 72 da lei n.º 9605/98 e artigo 2º e 41, do Decreto n.º 3179/99, todas legislações federais. De forma diversa, a FEAM lavrou o AI ora atacado, com fulcro no artigo 19, do Decreto Estadual n.º 39424/98.

Trata-se do exercício do poder de polícia administrativa, que a administração exerce sobre todas as atividades e bens que afetam ou possam afetar a coletividade. Todas as entidades estatais dispõem de poder de polícia referentemente à matéria que lhes cabe regular. Como cabe à autarquia e fundação em comento proteger o meio ambiente, também lhes incumbe fazer valer as providências de sua alçada, condicionando e restringindo o uso e gozo de bens, atividades e direitos em benefício da qualidade de vida da coletividade, aplicando as sanções pertinentes nos casos de infringência às ordens legais da autoridade competente. Daí decorre a responsabilidade administrativa que, para José Afonso da Silva, fundamenta-se na capacidade que têm as pessoas jurídicas de direito público de impor condutas aos administrados.

Esse poder administrativo é inerente à Administração de todas as entidades estatais – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – nos limites das respectivas competências institucionais. As legislações federal, estadual e municipal definem, cada qual no âmbito de sua competência, as infrações às normas de proteção ambiental e as respectivas sanções, como a Lei federal n.º 9.605/1998, que disciplina as sanções penais e administrativas decorrentes de condutas lesivas ao meio ambiente, e que constitui norma geral, ou seja, disposições gerais aplicáveis na ausência de normas específicas.

A responsabilização administrativa, assim, decorre da infração às normas administrativas de proteção ambiental e enseja a imposição de uma sanção ao sujeito infrator. Ambas, a infração e a sanção, aplicadas pela FEAM e IEF, no caso em tela, estão previstas em lei diversas, tudo em atendimento ao princípio da legalidade, donde se conclui que não há que se falar em bis in idem, ainda que o instituto do sistema jurídico-penal encontrasse guarida em sede de direito ambiental, como pretende a defesa.

5- Por outro lado, não há como se aplicar a atenuante pretendida pelo autuado, já que o empreendedor é reincidente genérico, no processo n.º 00122/1992/006/2003, o que caracteriza circunstância agravante, impondo a aplicação da multa em dobro. Além disso, possui contra si outros 5 autos de infração lavrados, cujos processos se encontram em andamento. Assim, a atenuante suscitada pela defesa impõe a redução da multa em até um sexto, enquanto a incidência da agravante culmina com a aplicação da multa em dobro, donde se conclui, diante do princípio da razoabilidade, que as circunstâncias em questão não devem ser consideradas no caso em tela.

## II) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, remetemos os autos à seguinte autoridade:

- à URC/COPAM DO SUL DE MINAS:


- no que se refere à infração gravíssima (§3º, inciso 6), recomendando a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 74487,00, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "c" (infração gravíssima, grande porte) c/c inciso III, §1º, art. 2º, da DN COPAM Nº 27/98, alterada pela DN COPAM Nº 64/ 2003 c/c inciso III, §1º, art. 2º.



È o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 15 de setembro de 2008.

  
Daniela Nogueira de Almeida  
Consultora Jurídica  
OAB/MG 74367

  
Joaquim Martins da Silva Filho  
Procurador Chefe da FEAM  
OAB/MG 16.076 MASP 1043.804-2